

JUSTTO INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em Reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - Informações Gerais

A Justto Inovações Tecnológicas para Resolução de Conflitos S.A. é uma companhia de sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 16.933.310/0001-07, com sede na Avenida Paulista, 171, 4º Andar, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01311-000, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE n.3530051993-1.

A Companhia tem como objeto social: (i) a prestação de serviços de licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação (software) relativos a soluções alternativas de conflitos e gerenciamento de processos; (ii) assessoria, consultoria e suporte técnico para utilização dos sistemas licenciados pela Companhia; (iii) atividades auxiliares da justiça; e (iv) a participação em outras empresas.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em Fevereiro de 2025

NOTA 2 - Bases de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis são princípios específicos, bases, convenções, regras e práticas, aplicados pela Companhia na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.

As principais práticas contábeis específicas para cada grupo de contas, serão apresentadas ao longo destas demonstrações financeiras em cada nota explicativa correspondente. As práticas contábeis gerais serão apresentadas a seguir.

3.1 - Classificações de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 - Compensações Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.3 - Transações em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda. Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional da seguinte forma: os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas de câmbio da data da transação.

3.4 - Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3.5 - Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

3.6 – Arrendamentos

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.7 - Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação na data das demonstrações financeiras, como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado de maneira confiável.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações financeiras. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão é o valor presente do desembolso que se espera que seja exigido para liquidar a obrigação.

3.8 - Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Financeiro

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de perdas por desvalorização sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por desvalorização é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação da perda por desvalorização, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido perda por desvalorização, são revisados para a análise de uma possível reversão dessa perda na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para estas demonstrações financeiras e Companhia concluiu que não existem perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

3.9 - Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.10 - Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados;
- b) Impairment dos ativos imobilizados;
- c) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; e,
- d) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.
- e)

NOTA 4 - Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação-data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Gerenciamento dos Instrumentos Financeiros

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

a) Recebíveis: São classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da Companhia e depósitos bancários de livre movimentação, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

b) Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.

c) Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.

d) Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

• Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a eventuais empréstimos e financiamentos captados no mercado.

• Risco de crédito

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito. As políticas de concessão de crédito aos clientes consideram manter diversificação da carteira, seletividade dos clientes e acompanhamento dos prazos de vencimento.

• Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A Companhia está atenta as possibilidades de obtenção de recursos no mercado, bem como, busca equalizar o fluxo de recebimentos com os de pagamentos.

Instrumentos Financeiros

Em R\$	2025	2024
Mensurado pelo Custo Amortizado		
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalentes	696.213	778.024
Contas a Receber	50.225	90.694
Total	746.438	868.718
Passivos Financeiros		
Credores Diversos	67.944	49.944
Total	67.944	49.944

NOTA 5 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Os equivalentes de caixa sejam depósitos em conta ou aplicações financeiras são inicialmente registrados pelo valor da transação e atualizados monetariamente com base em eventuais rendimentos auferidos (renda fixa), com base nas cotações disponíveis (renda variável) ou atualizados pela cotação de fechamento se em moeda estrangeira e deduzidos de eventuais perdas efetivas ou estimadas (impairment).

Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa corresponde a recursos de livre movimentação ou de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa sem riscos de mudança significativa de valor, com vencimento de até 3 meses e com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

Em R\$	2025	2024
Bancos Conta Movimento	1.125	3.602
Aplicações Financeiras	695.088	774.422
Total	696.213	778.024

Os valores de caixa e equivalentes de caixa estão livres de restrição em relação a operações de crédito.

Aplicações Financeiras Equivalentes de Caixa

Em R\$	2025	2024
Certificado de Depósito Bancário	695.088	774.422
Total	695.088	774.422

NOTA 6 - Contas a Receber de clientes

As contas a receber são registradas inicialmente pelo valor justo das transações e ajustadas a valor presente quando relevante. São mensuradas subsequentemente considerando as eventuais variações monetárias auferidas até a data das demonstrações financeiras e ajustadas pela provisão para perdas se aplicável.

Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes ou de partes relacionadas classificadas neste grupo, representam o valor da contraprestação a receber em função do cumprimento de uma obrigação de desempenho pela venda de produtos, revenda de mercadorias ou pela prestação de serviços, no curso normal das atividades operacionais.

Em R\$	2025	2024
Contas a Receber - Mercado Interno	66.442	106.911
(-) Provisão para Perdas	(16.217)	(16.217)
Total	50.225	90.694

Não há contas a receber dadas como garantia de operações de crédito.

As contas a receber não foram ajustadas a valor presente.

Em R\$	2025	2024
Contas a Receber - Vencidas há mais de 180 dias	16.217	16.217
Contas a Receber - A Vencer até 1 Ano	66.442	106.911
(-) Provisão para Perdas	(16.217)	(16.217)
Total do Curto Prazo	66.442	106.911
Total	66.442	106.911

Outros Créditos

Em R\$	2025	2024
Adiantamentos a Fornecedores	49.944	49.944
Total	49.944	49.944

NOTA 7 - Tributos a Recuperar

Os tributos a recuperar são mensurados inicialmente pelos valores constantes nos documentos de arrecadação ou de apuração que deram origem aos créditos e subseqüentemente são avaliados quanto a real expectativa de utilização considerando o período de prescrição ou aproveitamento do crédito. São atualizados pela variação da taxa Selic quando permitido pela legislação tributária.

Tributos a Recuperar

Os tributos a recuperar são tributos já recolhidos ou creditados e que podem ser recuperados, mediante pedido de restituição ou pela compensação de tributos, conforme disposições legais de cada ente federativo.

Em R\$	2025	2024
CSLL a Recuperar (Nota 17)	-	-
IRRF a Recuperar	-	-
Outros Tributos a Recuperar	682	682
Total	682	682

Em R\$	2025	2024
Tributos a Recuperar até 1 ano	682	682
Total do Curto Prazo	682	682
Total	682	682

NOTA 8 - Imobilizado

O ativo imobilizado é inicialmente reconhecido pelo custo de aquisição ou formação. Subseqüentemente é deduzido da depreciação de maneira linear calculada com base na sua vida útil e deduzido de provisão para impairment se houver expectativa de que o seu valor residual não seja recuperável pelo seu uso ou venda. O teste de impairment é realizado se houver indícios de que o imobilizado possa ter sofrido desvalorização. Os terrenos não são depreciados.

Imobilizado

No imobilizado estão classificados os bens tangíveis utilizados nas atividades operacionais da empresa, com vida útil superior a um ano. Este grupo inclui também os imobilizados em andamento e os adiantamentos para aquisição de ativos imobilizados.

NOTA 9 - Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

As obrigações trabalhistas e previdenciárias são reconhecidas de acordo com os custos de todos os benefícios a empregados cujos direitos tenham sido adquiridos como resultado de serviços prestados para a empresa durante o período de divulgação. As provisões são constituídas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações financeiras. A melhor estimativa é o valor que a empresa pagaria para liquidar a obrigação.

Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

As obrigações trabalhistas e previdenciárias classificadas neste grupo, representam o valor da contraprestação a pagar aos colaboradores da entidade.

Em R\$	2025	2024
Pró Labore a Pagar	1.362	11.447
INSS a Recolher	73	854
AUTONOMOS A PAGAR	-	-
CONTR. CONFEDERATIVA A PAGAR	-	-
FGTS A PAGAR	-	-

IRRF A PAGAR	-	6.212
SALÁRIOS A PAGAR	-	-
Parcelamento de INSS - CP	-	-
Total do Curto Prazo	1.435	18.513
Parcelamento de INSS - LP	-	-
Total do Longo Prazo	-	-
Total	1.435	18.513

NOTA 10 - Obrigações Tributárias

Os tributos a recolher são mensurados e reconhecidos pelos valores obtidos nas apurações de tributos e informados nas obrigações acessórias enviadas aos órgãos fiscalizadores. Eventuais tributos em atraso são acrescidos dos respectivos encargos (multa e juros). Os parcelamentos são mensurados inicialmente pelo valor do deferimento e os valores de juros incidentes na operação são apropriados ao resultado na medida em que são incorridos.

Obrigações Tributárias

A obrigação tributária decorre do fato gerador de tributos concretizados no curso normal das atividades da empresa. É a obrigação a pagar o tributo sobre as operações ao sujeito ativo (Estado, Município ou União). Inclui também parcelamentos sobre tributos anteriormente não recolhidos.

Em R\$	2025	2024
ISS a Recolher	1.400	2.711
PIS a Recolher	836	1.256
COFINS a Recolher	3.838	5.802
IRRF sobre Serviços a Recolher	-	-
Impostos Retidos a Recolher	-	21
Total	6.073	9.790

NOTA 11 - Outras Contas a Pagar

As contas a pagar são registradas inicialmente pelo valor justo das transações e ajustadas a valor presente quando relevante. São mensuradas subsequentemente considerando as eventuais variações monetárias devidas e acrescidas de eventuais encargos financeiros se aplicável.

Em R\$	2025	2024
Adiantamentos de Clientes	3.876	3.876
Adiantamentos Acordos - Nestle/Garoto	17.228	17.228
Credores Diversos	92.603	72.380
Total	113.707	93.483

NOTA 12 - Provisões para Contingências

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Passivos Contingentes

A Companhia não possui contingências cuja possibilidade de perda foi avaliada como risco provável. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus assessores legais externos.

Adicionalmente não há passivos contingentes, cujo risco de perda foi avaliada como possível pelos assessores jurídicos.

NOTA 13 - Patrimônio Líquido

Patrimônio líquido corresponde ao capital social subscrito e integralizado pelos sócios da Companhia, pelas reservas de lucros e pelos prejuízos acumulados.

Capital Social

A Companhia possui o Capital Social de R\$ 5.329.831,81 (cinco milhões, trescentos e vinte e nove, oitocentos e trinta e um reais e oitenta e um centavos) totalmente subscrito e integralizados em moeda corrente nacional, dividido em 298.228 (duzentos e noventa e oito mil e duzentos e vinte e oito) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em R\$	2025	2024
Capital Social	5.329.832	5.329.832
(-) CAPITAL A INTEGRALIZAR	(2.860)	(2.860)
Prejuízos Acumulados	(4.632.300)	(4.528.290)
Total	694.672	798.682

Aumento de Capital

Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 14 de setembro de 2023, foi aprovado o aumento do Capital Social da Cia em R\$100.000,00 (cem mil Reais), mediante a emissão de 100.000 (cem mil) novas ações ordinárias, o atual Capital Social passa a ser de R\$ 5.329.831,81 (cinco milhões, trescentos e vinte e nove, oitocentos e trinta e um reais e oitenta e um centavos) totalmente subscrito e integralizados em moeda corrente nacional, dividido em 298.228 (duzentos e noventa e oito mil e duzentos e vinte e oito) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

NOTA 14 - Receita Operacional Líquida

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização dos serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) as partes do contrato aprovarem o contrato; (ii) a Companhia puder identificar os direitos de cada parte em relação aos serviços a serem transferidos; (iii) a Companhia puder identificar os termos de pagamento; (iv) Quando o contrato possuir substancia comercial; (v) for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

Receita Operacional Líquida

Em R\$	2025	2024
Prestação de Serviços	1.296.157	2.156.083
Receita Operacional Bruta	1.296.157	2.156.083
(-) Impostos sobre vendas	(77.640)	(139.595)
Receita Operacional Líquida	1.218.517	2.016.488

NOTA 15 - Despesas de Vendas e Gerais e Administrativas

Despesas de Vendas

	2025	2024
Pessoal de Vendas	(76.398)	(188.290)
Pessoal de Marketing	-	(28.712)
Outras Despesas de Marketing	-	(5.867)
Total	(76.398)	(222.869)

Despesas Gerais e Administrativas

Em R\$	2025	2024
Despesas com pessoal	(330.795)	(61.050)
Telefonia Fixa e Celular	(7.106)	(1.345)
Aluguel	-	-
Sistemas de Apoio Administrativos	(15.466)	(70.112)
Advocacia	(1.177)	-
Contabilidade	(33.971)	(7.044)
Consultoria e Assessoria	-	(24.685)
Viagem e Estadia	(4.983)	(5.715)
Servidores e Serviços de Cloud	(278.071)	(206.595)
Depreciação	(326)	(1.089)
Outras Despesas Gerais	(58.266)	(351.664)
Total	(730.111)	(729.298)

NOTA 16 - Receitas e Despesas Financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos e ajuste a valor presente. A Companhia também possui despesa com variação cambial.

Em R\$	2025	2024
Juros Ativos	390	599
Rendimentos de aplicação financeira	1.059	3.321
Outras Receitas	374	1.096
Receitas Financeiras	1.823	5.016
Descontos Concedidos	(342)	(401)
Despesas Bancárias Diversas	(68)	(922)
Outras Desp.Financeiras	(19.508)	(82.862)
Juros Passivos	(27)	(67)
Despesas Financeiras	(19.945)	(84.252)
Resultado Financeiro	(18.122)	(79.236)

NOTA 17 - Tributos sobre o Lucro

A Companhia reconhece o tributo corrente passivo para tributos a pagar sobre o lucro tributável para os períodos corrente e passado. Se o valor pago para os períodos corrente e passado exceder o valor a pagar para esses períodos, a Companhia reconhece o valor excedente como tributo corrente ativo. A Companhia reconhece o tributo diferido ativo ou passivo para tributo a recuperar ou a pagar em períodos futuros como resultado de transações ou eventos passados. Esse tributo surge das diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos da Companhia no balanço patrimonial e os valores atribuídos a esses ativos e passivos pelas autoridades fiscais (diferenças temporárias), e a compensação de prejuízos fiscais e créditos não utilizados atualmente.

Tributos sobre o Lucro

O valor dos tributos sobre o lucro registradas na demonstração do resultado do exercício são decorrentes dos tributos diferidos e dos tributos correntes.

Ativo

	2025	2024
CSLL a Recuperar (Nota 7)	-	-
Total Ativo Circulante	-	-
Total Ativo	-	-

Resultado

	2025	2024
Despesas com IRPJ Corrente	(821)	(69.392)
Despesas com CSLL Corrente	(1.369)	(31.461)
IRPJ/CSLL Corrente do Período	(2.190)	(100.853)
Total Resultado	(2.190)	(100.853)

NOTA 18 - Notas Explicativas da Demonstração dos Fluxos de Caixa

No exercício de 2025, a Companhia apresentou consumo de caixa nas atividades operacionais no montante de R\$ 81.810,97, apesar da geração de receita operacional ao longo do período.

O principal fator que impactou negativamente o fluxo operacional foi o resultado líquido negativo do exercício, no valor de R\$ 104.010,38, parcialmente compensado por ajustes não caixa e variações no capital de giro.

Entre as principais variações, destacam-se:

Redução das contas a receber (R\$ 40.468,97): efeito positivo no caixa, indicando melhoria na realização de créditos.

Aumento de créditos (R\$ 18.000,00): impacto negativo, relacionado principalmente a adiantamentos.

Redução de obrigações trabalhistas e fiscais (R\$ 20.793,75): consumo de caixa decorrente da liquidação de passivos.

Aumento de credores diversos (R\$ 20.223,92): efeito positivo, indicando alongamento de pagamentos a fornecedores e terceiros.

Adicionalmente, foram considerados ajustes de natureza não caixa, como depreciação no montante de R\$ 326,04, sem impacto direto no fluxo financeiro.

NOTA 19 - APROVAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão em 21 de Abril de 2026.
